

DOCTRINA ESTRANGEIRA

A cruz antropológica da decisão

Winfried Brugger

bruggerw@jurs.uni-heidelberg.de

Professor Catedrático de Direito Público e Filosofia do Direito na Universidade de Heidelberg e Pesquisador no Max-Weber-Kolleg da Universidade de Erfurt

Traduzido por:

João Maurício Adeodato

jmdeodato@globocom.com

Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Ciências Jurídicas,
Departamento de Teoria Geral do Direito e do Direito Privado.

Pedro Perini

pparini@gmail.com

Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Professor Adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Recebido em 04/02/2011

Aprovado em 02/09/2011

Resumo

O texto procura expor o processo decisório por meio de uma perspectiva psicanalítica, concentrada na figura daquele que decide, na psicologia do próprio ator da decisão. Para tanto, lança mão da metáfora da cruz, argumentando que o ser humano, ao decidir, encontra-

se em uma encruzilhada angustiante entre impulsos internos (de baixo), ideais normativos (para cima), futuro (para a frente) e passado (para trás).

Palavras-chave

Processo decisório. Antropologia.

The anthropological cross of decision*

Winfried Brugger
João Maurício Adeodato
Pedro Perini

Abstract

The text aims to explain the process of making a decision from a psycho-analytical perspective, concentrated in the person who decides, in the psychology of the very actor of the decision. To fulfill this task, it takes hold of the metaphor of the cross, stating that the human being, in the act of deciding, stays in a painful crossroad between internal impulses (from bellow), normative ideals (towards above), future (ahead) and past (back).

Key words

Process of making a decision. Anthropology.

* Tradução de João Maurício Adeodato (UFPE) e Pedro Parini (UFPB) do original de Winfried Brugger. Das anthropologische Kreuz der Entscheidung, in: Universitas, Band 60 (2005), S. 350-361; Nachdruck in: Glanzlichter der Wissenschaft. Ein Almanach, herausgegeben vom Deutschen Hochschulverband, Stuttgart 2005, S. 13-19.

Sumário

- 1 “É uma cruz com” o quê?
- 2 O plano horizontal da cruz da decisão.
- 3 O plano vertical da cruz da decisão.
- 4 A encruzilhada das perspectivas na cruz da decisão.
- 5 Sobre a eficiência da cruz da decisão.
- 6 Psicologia da personalidade.

1 “É uma cruz com” o quê?

Quando Sören Kierkegaard sustenta que “a vida só pode ser entendida retrospectivamente, mas deve ser vivida prospectivamente”, atinge a característica central do agir humano. Agir, no sentido enfático da palavra, deve ser diferenciado do percurso rotineiro que nós, dia sim, dia não, praticamos para poupar tempo ao lidar com nossos problemas cotidianos. Somente o caso de perturbação e crise transforma os hábitos em situações de decisão, que despertam a atenção e forçam ponderações conscientes. Isso vale especialmente para decisões moralmente difíceis, definidoras de identidade ou, sobretudo, prenes de consequências: que profissão devo ambicionar? Com que parceiro devo casar? Devemos por filhos no mundo? Fornecer respostas a essas questões, envidar os esforços correspondentes e tomar decisões pode ser torturante e estar associado a noites sem dormir. Por quê? Porque nós temos que lidar com a cruz antropológica da decisão. O que se quer dizer com isso?

O termo diz respeito à expressão idiomática alemã “é uma cruz com...” uma pessoa ou uma situação. Com isso, no sentido religioso estrito, a cruz de Cristo significa fadiga, sofrimento e martírio. No uso coloquial, refere-se a “incomodar-se com alguém, que represente um fardo, com quem é difícil de lidar”. Nessa expressão, não reside apenas uma visão muito humana, mas também a partir dela pode-se desenvolver, por meio de duas reflexões, uma antropologia sistemática do agir humano, a qual exige atenção, tanto no que diz respeito a planos de vida individuais, como a programas coletivos de ação.

2 O plano horizontal da cruz da decisão

Uma citação de Friedrich Nietzsche introduz a primeira reflexão:

Contempla o rebanho que pasta diante de ti: ele não sabe o que é o ontem, o que é o hoje, salta para todos os lados, pasce, descansa, digere, salta novamente e assim desde a manhã até a noite e dia após dia, estreitamente preso a suas vontades e aversões, literalmente na contingência do momento.

Mesmo quando se considera a capacidade de aprendizado e as possibilidades de comunicação de espécies de animais mais altamente desenvolvidas, a posição do ser humano se apresenta diferentemente. Apenas o ser humano compreende a si mesmo, comunica e age no lapso temporal de passado, presente e futuro. Só ele se expressa por esses tempos verbais, para não mencionar o subjuntivo. Esse é o plano horizontal da cruz da decisão. No aqui e agora de uma decisão problemática, o passado pressiona “de trás” e o futuro “de frente” na consideração sobre a escolha

de um plano de ação. Aí é tão necessário escolher objetivos como ponderar sobre os meios e fins em relação ao valor desses objetivos e sobre sua viabilidade diante das circunstâncias concretas e das condições sociais envolvidas. O fato de algo chegar a ser decidido ou o que quer que seja finalmente decidido vai ter consequências sobre a confirmação, correção ou interrupção de uma linha de continuidade para compreender a biografia de alguém, ou sobre as perspectivas relativas à efetivação de uma opção para o futuro.

3 O plano vertical da cruz da decisão

O plano vertical da cruz da decisão entra em cena porque o ser humano não é determinado por seus instintos. O ser humano é “tarefa de si mesmo – ele é o ser que toma posição”, ele “constitui-se em algo” (Arnold Gehlen). Certamente muitas necessidades básicas o afligem, desde comer e beber, passando por satisfação sexual e procriação, até reconhecimento e amor, mas as vias precisas e a escolha do objeto apropriado para a satisfação dessas necessidades, assim como seu valor concreto, em regra não são predeterminadas por meio do aparato genético do homem. Pelo contrário, a natureza encontrou para o ser humano a alternativa do martírio. Em primeiro lugar, o ser humano é confrontado com o martírio da escolha dos meios, caminhos e metas na relação exterior com o mundo dos objetos, dos semelhantes e dos relacionamentos sociais. Interligado a isso está o martírio da escolha na condução da vida interior, com seus aspectos enigmaticamente entrelaçados de impulsos vitais, emoções e ideais. Todas essas complicações aparecem entre impulso e finalização, transformam comportamento em ação, constituem a característica do destino humano, o qual, mesmo diante dos impulsos biofísicos que se impõem “de baixo”, ainda precisa desempenhar tarefas interpretativas.

Immanuel Kant, conhecido sobretudo como teórico do conhecimento e filósofo da moral e do direito, foi também um bom antropólogo. Segundo Kant, o ser humano é afetado, mas não determinado, por seus impulsos, pois que é suscetível a normas auto impostas e autofiscalizáveis. Assim, conforme Kant, resta à pessoa a tarefa de disciplinar, cultivar, civilizar e moralizar seus impulsos. A psicanálise é um dos ramos da ciência que sistematizou essas indicações. Sigmund Freud fala da constituição da alma humana pelas categorias de *Id (Es)*, *Ego (Ich)* e *Super-ego (Über-Ich)*. O *Id* é o potencial da natureza que pressiona o Eu, por assim dizer, “de baixo”; lá se mostram as necessidades fundamentais que anseiam por satisfação. “De cima” revelam-se figuradamente as normas e ideais do belo, do bom, do justo e do transcendente, propagados no respectivo círculo cultural, os quais, com um olhar para frente, indicam caminhos, objetos e metas para satisfação das necessidades básicas,

talvez até transcendendo-os, como na representação de Deus, o que permite tornar necessidades físicas menos importantes ou mesmo sem qualquer importância e criar novas necessidades espirituais. Tais ideais espirituais “de cima” são, em parte, ligados à matéria e ao corpo, abrangendo por assim dizer da ascese até a plenitude; em parte, são produtos criativos do espírito humano para si mesmo, os quais afastam, pelo menos parcialmente, a estrutura das necessidades humanas ou criam novos mundos de experiência, como no caso do amor ou na atribuição de sentido religioso à vida.

4 A encruzilhada das perspectivas na cruz da decisão

O Eu ou o Eu Mesmo (*Selbst*) encontra-se no ponto central desses impulsos que interferem “de baixo” e “de cima”, o que faz com que a cruz antropológica da decisão possa ser caracterizada como encruzilhada entre trilhos de ponderação horizontal e vertical, com respectivamente dois polos em permanente tensão, num total de quatro perspectivas de decisão. Observando com mais precisão temos, portanto, não “duas”, mas “quatro almas em nosso peito”. Os quatro fatores atuam como correntes de informação e feixe de motivos em cada ação problemática e apresentam-se em quatro variantes principais: (1) Eles manifestam-se na reflexão consciente do próprio agente ou no que diz respeito à ponderação e à busca da decisão. (2) A decisão consciente é reforçada na ação ou, em caso limite, substituída pela escolha de impulsos dirigidos emocionalmente: luz verde (“vamos!”), luz amarela (“vamos?”), ou luz vermelha (“pare!”). (3) Uma decisão pré-consciente, espontânea, no sentido de uma atividade de deslocamento (*displacement activity, Übersprungsbehandlung*), a qual se desejaria poder desfazer, é depois reconstruída reflexivamente em relação à situação de excessiva tensão, no contexto da encruzilhada de perspectivas. (4) Por fim, as tensões entre as perspectivas também podem provocar desde recalques até autoengodos, como ocorria no passado, quando homossexuais se enganavam sobre suas preferências sexuais, ou, da mesma maneira (há não muito tempo e talvez até os dias atuais), quando um espião da STASI, diante de si mesmo e também diante dos outros, negava ter denunciado colegas ou até familiares ao governo.

Pode servir como exemplo de uma reflexão vertical que alimenta considerações horizontais a formulação de Sigmund Freud sobre a tarefa do Eu que age na encruzilhada dos quatro pontos de reflexão: esse eu “tem a tarefa de auto-afirmação e a satisfaz na medida em que conhece os estímulos externos (ou seja, de fora da situação), acumula experiências (do passado) sobre ela (na memória), evita estímulos excessivamente fortes (pela fuga), controla estímulos moderados (por adaptação) e finalmente aprende a modificar o mundo exterior em sua vantagem (atividade) e de

maneira adequada a seus objetivos (no futuro); para dentro, contra o *Id*, na medida em que adquire domínio sobre os impulsos (provenientes de baixo), é decisivo se a satisfação desses impulsos deve ser admitida...” “Uma ação do Eu”, segundo Freud, “é então correta se satisfaz simultaneamente as exigências do *Id*, do Super-Ego e da realidade, ou seja, sabe conciliar suas pretensões recíprocas”.

A formulação permite, e mesmo estimula entender o Eu como um centro de ação, de necessidades, de emoção e de reflexão dotados de uma base natural. Sua identidade é baseada em necessidades e aparatos fisiológicos. Ela se constrói com base na interação social e simbólica, nas mais diversas situações de vida e, entre os participantes com elas relacionados, ocasiões em que cognição, emoção e avaliação estão muitas vezes inseparavelmente conectadas. Essa identidade continua se aperfeiçoando e se reconstrói de acordo com as exigências dos estados de evolução pessoal ou com as necessidades de decisão exteriores que confrontam o indivíduo. Os psicólogos chamam isso *ego growth through crisis resolution* (crescimento do ego por meio de resolução de crise).

Tudo isso se dá no tempo, mas com a tarefa atemporal de se afirmar diante das necessidades fundamentais e dos ideais, próprios ou alheios, cada qual como um eu determinado, com um antes e um depois, e inserir-se socialmente. A atualização aqui representada no plano vertical não implica nem uma primazia nem uma subordinação dos impulsos que se anunciam “de baixo”; estes não são ruins nem bons. Também com a designação “baixo” deve-se ser cuidadoso, “vital” seria melhor, com graus variáveis de “já ou ainda não inseridos na cultura”. Eles corporificam o aparato de impulsos para a vida, sem fornecer a ela um entendimento suficiente, ou diretrizes precisas para comandá-la segundo um plano.

5 Sobre a eficiência da cruz da decisão

A cruz antropológica da decisão possui uma dimensão analítica e outra normativa. Analiticamente ela permite desentranhar o *input* das decisões humanas com base nas quatro perspectivas. Ela oferece, por assim dizer, um atlas sobre a estrutura mais profunda da construção das decisões humanas. Esta não apresenta qualquer “black box”, embora se deva admitir que, seguramente, nem todos os detalhes do efeito conjunto de cognições, avaliações e emoções ou entre processos neurológicos e escolha de decisões sejam precisamente elucidados. Menos fortemente desenvolvido, mas apesar disso nada trivial, é o potencial normativo da cruz da decisão. Uma ação “boa”, “bem-sucedida”, é assim definida com referência a todas as quatro perspectivas, antes que o agente decida-se por uma ponderação e direção concreta.

Ruins, em todo caso cheias de perigo, são assim decisões que, a longo prazo, ocultam uma ou mais dessas perspectivas, pois assim não se realiza a consolidação multidimensional das ações humanas, a qual lhes poderia dar mais estabilidade e segurança em cada situação do que a tirania de um único objetivo ou valor. Essas realizações cognoscitivas da cruz da decisão, desenvolvidas no caso de atores individuais, valem também para organizações de todo tipo, desde empresas, passando por Estados, até complexos supranacionais: também entes coletivos agem à luz de suas origens, planos futuros, ideais e necessidades básicas, os quais são chamados para satisfação dos respectivos atores coletivos. Eles estão bem encaminhados, assim como os indivíduos, se se posicionam tendo em conta todas as quatro perspectivas para determinar uma *corporate identity* (identidade corporativa) convincente ou um perfil bem sucedido.

Sinais de perturbação provenientes da própria constituição do ator individual ou coletivo podem ensejar ações na cruz da decisão sem qualquer motivação externa; em regra, no entanto, a necessidade de uma decisão resulta de ações planejadas ou concluídas, dirigindo-se a – ou provenientes de – pessoas ou instituições no ambiente do mundo dos atores: perde-se o emprego, estipula-se uma decisão sobre guerra ou paz e assim por diante. Todas essas outras pessoas e instituições lidam também com a cruz antropológica da decisão. Com isso, amplia-se o olhar da perspectiva de ação individual para a perspectiva de interação de várias pessoas e organizações; todos, por sua vez, são confrontados com conteúdos culturais objetivados por meio do olhar para trás e para cima, os quais resultam de interações anteriores e moldam a linguagem e o espírito de cada tempo nas mais variadas formas e graus de densidade.

Diagrama 1: A cruz antropológica da decisão no âmbito pessoal

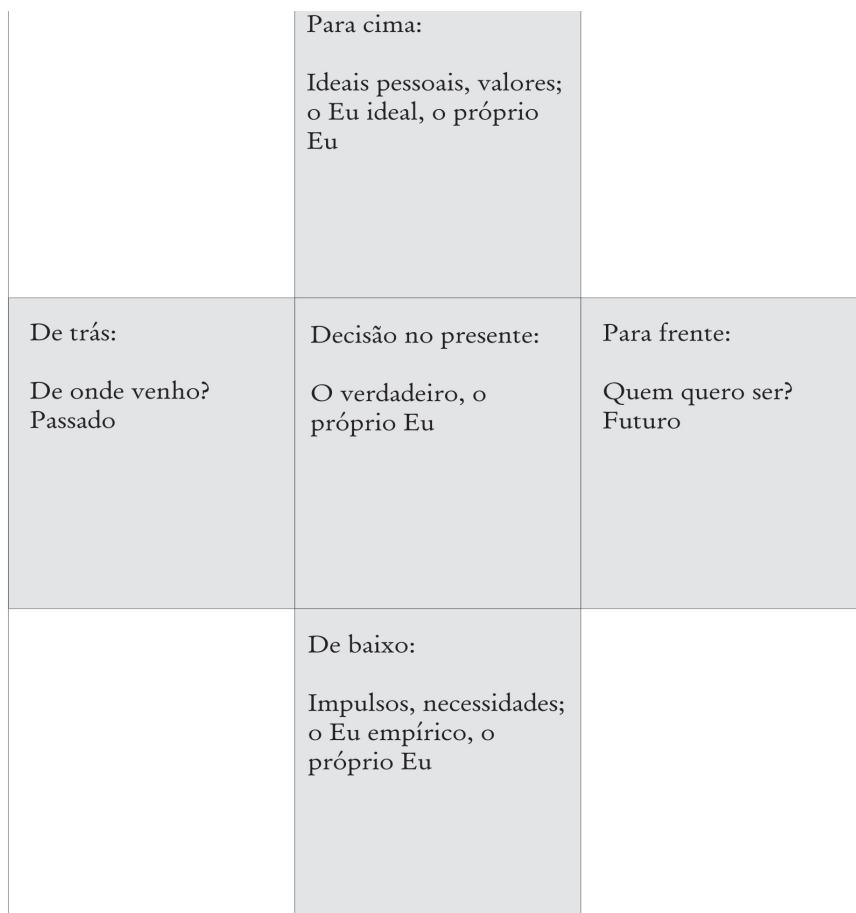


Diagrama 2: O ator à luz de seu ambiente

Socialização Interação Culturação [Enkulturation]	Para cima: Ideais pessoais, valores; O Eu ideal, o próprio Eu	Socialização Interação Culturação
De trás: De onde venho? Passado	Decisão no presente: O verdadeiro, o próprio Eu	Para frente: Quem quero ser? Futuro
Socialização Interação Culturação	De baixo: Impulsos, necessidades; o Eu empírico, o próprio Eu	Socialização Interação Culturação

Diagrama 3: A cruz antropológica da decisão na filosofia do direito e na metodologia

	<p>Para cima: Visão sobre ideais/valores dentro ou além do direito e da Constituição – idealismo jurídico moral ou positivado</p>	
<p>De trás: Interpretação histórica: (1) em sentido estrito: olhar sobre o desenvolvimento dos conceitos jurídicos – historicismo jurídico; (2) Interpretação genética: olhar sobre o então desejado – voluntarismo jurídico</p>	<p>Interpretação no presente: Olhar sobre o texto jurídico e sobre o contexto jurídico – textualismo. Objetivo: interpretação correta, mediante o emprego do olhar para frente e para trás. Problema: visão para cima e para baixo</p>	<p>Para frente: Interpretação teológica: olhar para o futuro – instrumentalismo jurídico</p>
	<p>De baixo: Olhar para as necessidades dos afetados/do intérprete – antropologismo jurídico</p>	

6 Psicologia da personalidade

Com base nas quatro perspectivas antropológicas podem-se distinguir diferentes tipos de personalidade: conforme a ênfase, temos, na visão para baixo, uma personalidade fortemente determinada pelos instintos ou, na visão para cima, por um forte ideal; assim tem origem o confronto entre as determinações das emoções e das normas. Pessoas com perspectivas permanentemente dirigidas ao futuro e correspondente vontade de realização são “fazedoras”; geralmente, aquilo que os meios obtêm com êxito já é para elas um bom fim. Contrariamente se comporta o

indivíduo fortemente fixado no passado. Ele permanece mais ou menos o filho de seus pais ou a filha de seu tempo. A imitação contínua ou a continuação altamente prudente da tradição aparece como finalidade de vida; o peso do passado torna-se desejo, enquanto a abertura para o futuro é um peso. Com isso tem origem, no plano horizontal, um confronto entre tipos de caráter, para os quais a liberdade do agir ou é ameaçadora ou constitui o próprio sentido da vida; para os quais a segurança ou é um porto mais seguro, ou um espartilho demasiado estreito; para os quais o futuro representa ameaça ou oportunidade. Segundo sua orientação a pessoa, para usar uma metáfora náutica, demorar-se-á fascinada na margem calma, observando receosa o oceano, ou, ao contrário, deixar-se-á levar pela grande aventura no mar tempestuoso.

Para levar a vida de modo bem sucedido, a longo prazo, é preciso encontrar um equilíbrio entre as quatro perspectivas, adequado a cada personalidade. Equilíbrio não significa, no caso, uma média, mas implica uma grande variedade de temperamentos e caracteres, nos quais se refletem diferentes relações de precedência e significados sobre origem, futuro, necessidade e caráter ideal da ação. Sem tal riqueza de perspectivas, o teatro humano seria pobre e miserável; a literatura estaria órfã de boa parte de seus heróis e vilões. Nada obstante, a fronteira para a personalidade neurótica ou, em todo caso, para uma via de mão única como princípio de condução da vida, é atravessada se alguém é dominado por uma das quatro perspectivas. Pois o *Superego*, segundo Freud, pode reprimir e subjugar tão fortemente os impulsos de um ser humano, submetê-los a uma tirania do dever a tal ponto, que por fim restam tão somente sofrimento e depressão, com o perigo da autodestruição ou da susceptibilidade à agressão alheia. O conhecido estudo de Freud sobre *O mal-estar da cultura*, de 1930, é construído exatamente sobre essa castração dos impulsos humanos, que considera por demais rígida.

Da mesma forma, podem parecer neuróticos os seres humanos que não conseguem sair do rasto do pai ou da mãe, que somente conseguem se livrar do passado da educação dos pais por meio da negação agressiva do olhar para trás; assim não se desenvolve qualquer perspectiva saudável sobre o futuro. Em contrário age o ser humano exclusivamente focado no sucesso, para quem todos os demais são vistos, em potencial ou de fato, como meros instrumentos para sua carreira. Tudo indica que tais histórias de sucesso, no fim das contas, tornam-se histórias de fracasso, no mais tardar quando os explorados passam a defender-se como atores independentes.

Não apenas histórias de fracasso, mas também carreiras criminosas podem se desenvolver, quando, no plano horizontal do tempo, a casa paterna não está na posição de conceder à criança uma educação confiável e, no plano vertical, de transmitir as mínimas regras de moral convencional e de obediência ao direito. Mais ainda,

segue-se que a constituição biofísica da pessoa fica abalada ou torna-se dominante demais, de modo que os impulsos “de baixo” não são mais suscetíveis de qualquer controle efetivo “de cima”; aí se apresenta uma constelação de fatores propícios ao crime, que, se não levam automaticamente a comportamentos delituosos, por certo trazem consigo um risco claro nessa direção.

Combinando-se a predominância do olhar para cima com o olhar para trás no passado, pode-se desenvolver, conforme as investigações de Theodor W. Adorno, um “caráter autoritário”: “A fraqueza do ego parece caminhar juntamente com o convencionalismo e o autoritarismo.” Aqui a agressão ameaça de outra direção, no caso de as mentalidades tradicionais, intermediadas por valores sociais correspondentes, levarem à opressão dos interesses vitais e do desejo de modificar o mundo, e a frustração daí resultante passar a ser vivenciada imaginando, como inimigas, minorias isoladas e odiadas.

Conforme a idade e o estado de desenvolvimento da personalidade, continuidade e descontinuidade no desenvolvimento horizontal do plano de vida têm significados diferentes. Para as crianças, continuidade e calculabilidade são predominantemente importantes na construção normativa. A partir da puberdade, surge em primeiro plano o desejo de demarcar fronteiras e, no mínimo, de uma descontinuidade temporária. Dos adultos esperamos que tenham achado uma relação equilibrada entre os aspectos de seu caráter baseados no passado e suas visões do futuro. O adulto supostamente reconciliou seus sobrenome e prenome, pois o sobrenome sinaliza sua origem familiar, enquanto o prenome dá a oportunidade de individualizar-se. Para a pessoa idosa, para quem o olhar para frente, no futuro, restringe-se progressivamente e que também não tem mais que tomar tantas decisões para determinar sua identidade, faz-se novamente importante o olhar para trás, para o próprio passado que lhe é familiar. Ao fim da vida, o ser humano está de volta ao estado de dependências físicas, com as quais começou “todo para frente”, quando bebê e criança, ao passo que a fase no meio da vida, falando de maneira ideal, caracteriza-se por um Ego forte e com responsabilidade pelos que o rodeiam, alguém com quem jovens e velhos podem contar dentro do círculo familiar. Não por acaso essas pessoas centrais frequentemente dizem, em ocasiões em que é necessário suplantar responsabilidades ameaçadoras: “Estou sendo exigido de todos os lados!”

No que tange aos seres humanos que se encontram no meio da vida, sabemos que adultos, que por muito tempo habituaram-se a relações pessoais, sociais ou políticas duradouras, geralmente têm dificuldades de se adaptar a novas circunstâncias. Assim notou o historiador Friedrich Meinecke, que cresceu no tempo do Império e depois se viu na República de Weimar, afirmando no ano de 1928: “Em relação ao passado, permaneço monarquista de coração e, em relação ao futuro, torno-me racionalmente republicano”. Também vários cidadãos da República Democrática

Alemã (Alemanha Oriental), após a reunificação, tiveram dificuldades com a descontinuidade de sua história de vida até aquele momento e com a interrupção de vários hábitos que lhes eram caros, tanto grandes quanto pequenos.

As perspectivas valorativas de cada indivíduo diferenciam-se não apenas de acordo com idade, temperamento e com o espírito do tempo predominante, mas encontram também acordos prolongados no que diz respeito a perspectivas básicas tidas como importantes. Nesse sentido, há pesquisas psicológicas de Shalom Schwartz e Wolfgang Bisky, que, durante 15 anos, entrevistaram 60.000 pessoas em 63 países sobre suas perspectivas valorativas. Como resultado, passando por todos os países e culturas, levantaram dez categorias de valores na seguinte tabela: poder, capacidade de realização, hedonismo, estimulação, autodeterminação, universalismo, caridade, conformidade, tradição e segurança. Os pesquisadores organizaram esses valores em um esquema sob quatro critérios: abertura a mudanças, autotranscendência, conservação e auto engrandecimento. Considerando-se mais precisamente as definições para os dez principais valores e para os quatro critérios, revela-se um paralelo com as quatro perspectivas da cruz da decisão: conformidade, tradição e segurança são valores provenientes do olhar para o passado, enquanto hedonismo, estimulação e autodeterminação sinalizam uma abertura para mudanças no futuro, ligadas a uma forte pressão dos instintos vindos “de baixo”. Isso os autores designam também como “auto engrandecimento”, entendido como auto centralização. Diante delas, portanto “em cima”, situam-se universalismo e caridade, o que se denomina “autotranscendência”.

Resumindo: a cruz da decisão permite analisar descritivamente, quase em forma de um mapa, os diferentes pontos de ênfase nos projetos de vida. Normativamente, a cruz adverte sobre uma “tirania dos valores” (Carl Schmitt) ou, mais precisamente, sobre a tirania de um valor, uma perspectiva que domina todas as demais, que elimina ou marginaliza estruturalmente as três outras direções, as quais pertencem tanto quanto ela ao aparato de todo ser humano. A partir da afirmação: “considere, pelo menos a médio e longo prazo, tanto a origem, como o futuro, a estrutura das necessidades e o caráter ideal do agir humano” não se pode deduzir qualquer instrução detalhada para resolver problemas individuais; e pode ser que um dia a ocasião exija que uma das perspectivas tenha de fato que dominar. Mesmo quando a cruz da decisão “nem tudo” resolve, ela esclarece efetivamente bem mais que “absolutamente nada”. Quem tem as rédeas de somente uma das quatro direções principais, e é por ela dominado como por um demônio, no longo prazo, vai o perder equilíbrio, a pluridimensionalidade. Tal pessoa carrega consigo, em última análise, a visão de uma “humanidade mutilada” (Wilhelm Flitner).